



Índice

- 01** [Chefe da saúde indígena cobra empenho de outros órgãos contra desnutrição](#)
- 02** [Nota de solidariedade a comunidade do Cumbe - Aracati - Ceará](#)
- 03** [Reunião em Santa Catarina debate demarcação de terras indígenas](#)
- 04** [ONU convida pós-graduandos a enviar trabalhos sobre indústria extrativista e desenvolvimento social](#)
- 05** [Série sobre Indígenas da Aldeia YPo'i, em Paranhos, é selecionada para o 16ª Festival Nacional 5 Minutos na Bahia](#)
- 06** [Professores indígenas produzem cartilha em parceria com a Pró-Índio](#)
- 07** [Professores Munduruku trancam secretaria de educação após demissão em massa](#)
- 08** [Enchentes: de Sobradinho a Santo Antônio e Jirau, por Roberto Malvezzi \(Gogó\)](#)
- 09** [A abertura da BR-421, em Rondônia, ameaça povos isolados](#)
- 10** [Indígenas e indigenistas reforçam pedido de investigação contra ruralistas a procurador-geral](#)
- 11** [Governo realiza mais uma edição dos Jogos Indígenas](#)
- 12** [Projeto de formação de magistério para indígenas beneficia 45 mil alunos no Amazonas](#)
- 13** [Calamidades indígenas, editorial da Folha de São Paulo](#)



- 14 FPEYY recebe denúncia de abuso de crianças indígenas, em Roraima
- 15 Nível do rio Acre continua apresentando sinal vazante
- 16 Lideranças Kayabi se reúnem com ministro do STF
- 17 Cestas básicas doadas pela ACII serão levadas para famílias ribeirinhas
- 18 Famílias encontram-se abrigadas no Parque de Exposições
- 19 Justiça Federal determina reintegração de posse de terras quilombolas em Lagoa Nova
- 20 Senador pede investigação de fraudes no Ministério da Justiça em gastos com saúde indígena
- 21 Índios e produtores rurais entram em conflito por terras na região de Guaíra, no Paraná
- 22 Passado, presente e futuro no Vale do Salitre (BA)
- 23 113 anos da Revolta de Alto Alegre
- 24 Em protesto em Brasília, índios pedem melhorias na saúde
- 25 ONU recebe denuncia do governo brasileiro por violação de direitos indígenas
- 26 Com R\$ 7 milhões na conta, Saúde Indígena continua em crise em MS
- 27 Hidrelétricas, Crime e Tragédia no Rio Madeira: quem é que vai pagar por isso?
- 28 DPU aponta falha na investigação e pede liberdade para os Tenharim
- 29 BA – Quilombolas de Rio dos Macacos e de todo o Brasil merecem mais!
- 30 Dilma promete auxílio a vítimas de enchente no Rio Madeira



Chefe da saúde indígena cobra empenho de outros órgãos contra desnutrição
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2014

Após a BBC Brasil revelar que 419 crianças indígenas morreram por desnutrição no país desde 2008, o chefe do órgão federal responsável pela saúde dos índios cobrou maior empenho de outras áreas de governo para enfrentar o problema.

Responsável pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão subordinado ao Ministério da Saúde, o secretário Antônio Alves diz que a desnutrição entre os índios é um problema complexo, que "envolve o governo como um todo".

"Nós levamos isso ao conhecimento do ex-ministro Alexandre Padilha (que deixou o Ministério da Saúde no início do ano para concorrer ao governo de São Paulo) e ao conhecimento da presidenta Dilma Rousseff", diz Alves, em entrevista à BBC Brasil.

"Ou o Estado brasileiro – o que envolve município, Estado e União – assume isso, ou a saúde não vai dar conta de combater a desnutrição."

Em fevereiro, um levantamento da Sesai obtido pela BBC Brasil com base na Lei de Acesso à Informação revelou que, desde 2008, 55% de todas as mortes no país por desnutrição infantil ocorreram entre indígenas, embora oficialmente eles sejam 0,4% da população.

O fenômeno é mais grave no leste do Mato Grosso, entre os índios da etnia xavante. Líderes de comunidades visitadas e médicos disseram que as mortes poderiam ter sido evitadas com ações simples nas aldeias, como monitorar as crianças desnutridas.

'Risco nutricional'

Alves diz que a Sesai busca aprimorar o acompanhamento de índios desnutridos. Em 2013, afirma ele, a secretaria tinha como meta monitorar 50% dos índios de todas as idades em situação de "risco nutricional".

Neste ano, ele afirma que a meta foi ampliada para 70%. Ainda não há prazo para cobrir 100% dos casos, segundo o secretário.

Alves diz ainda que o combate da desnutrição nas aldeias será facilitado pela expansão do programa Mais Médicos.

Mesmo assim, ele diz que os serviços de saúde não serão capazes de erradicar a desnutrição sozinhos. Isso porque crianças que se recuperem com o atendimento podem voltar a perder peso se não se alimentarem direito.

"Não é a Sesai que vai resolver problemas de alimento ou de projetos de sustentabilidade para esses povos", ele diz.

CONT.



Segundo Alves, a desnutrição tem como principal causa mudanças na alimentação dos índios.

Nas últimas décadas, comunidades indígenas em várias áreas do país passaram a substituir produtos agrícolas tradicionais e a carne de caça por alimentos industrializados, mais pobres em nutrientes.

No caso dos xavantes e de outros povos, as mudanças foram acompanhadas pela expansão de atividades agropecuárias de larga escala nas áreas vizinhas a suas terras, com a consequente redução da caça e da poluição de rios.

Foi para combater a desnutrição que, segundo Alves, Dilma resolveu criar em 2012 o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena, integrado pela Funai (Fundação Nacional do Índio) e por vários ministérios.

A BBC Brasil pediu à Funai informações sobre as atividades e resultados do comitê, mas não obteve resposta.

Índios e agentes de saúde de aldeias xavantes visitadas no início de fevereiro na região de Campinópolis (MT) disseram desconhecer o comitê ou qualquer política específica contra a desnutrição.

Mais Médicos

Segundo Alves, o programa Mais Médicos terá grande impacto na qualidade dos serviços de saúde prestados aos índios.

Segundo o Ministério da Saúde, até o fim de março haverá 305 médicos estrangeiros (principalmente cubanos) dedicados exclusivamente ao atendimento de índios no país. Com isso, Alves diz que a taxa de médicos por indígenas no país será de 1 para mil.

O índice, afirma, ele, será melhor que o almejado pelo programa Saúde da Família, de 1 médico para 2.500 habitantes. O programa é a referência do governo em políticas de saúde básica.

A comparação ignora, porém, que os médicos dedicados à saúde indígena atendem uma população bastante fragmentada e, em muitos casos, espalhada por áreas de difícil acesso. Segundo a Sesai, há no país 5.150 aldeias indígenas.

Alves afirma que a dificuldade de contratar médicos que atuem nas aldeias era um dos maiores entraves para a melhoria dos padrões de saúde entre índios brasileiros.

Hoje, comparações entre os padrões de morte dos índios e dos demais brasileiros revelam grandes discrepâncias. Enquanto entre os índios 40% das mortes ocorrem entre crianças com até quatro anos, na população geral esse índice é quase dez vezes menor, de 4,5%.

Segundo Alves, outro obstáculo à melhoria da estrutura da saúde indígena é a dificuldade para

CONT.



realizar obras em áreas isoladas e transportar produtos até elas.

“Você faz uma licitação e, muitas vezes, a empresa que ganha não quer entregar ao descobrir o local. Ela prefere pagar a multa e ficar impedida de participar de novas licitações a entregar o produto”.

Alves diz ainda que a Sesai tem agido para agilizar os resgates de índios em situações emergenciais e encurtar os deslocamentos de equipes de saúde entre cidades e postos de saúde nas aldeias.

Ele cita o caso do Vale do Javari, no oeste do Amazonas. Há alguns anos, diz ele, equipes de saúde tinham de passar até 14 dias em barcos para se deslocar da cidade até a base onde ficavam lotadas.

Hoje, Alves afirma que o deslocamento é feito por helicóptero ou pequenos aviões e dura três horas.

O secretário diz ainda que a pasta tem investido no treinamento de funcionários, hoje 16 mil ao todo.

“Com certeza, quando fecharmos 2014, já vamos ter outro cenário.”



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

Nota de solidariedade a comunidade do Cumbe - Aracati - Ceará

SÍTIO O PLANETA EM MOVIMENTO, 12.03.2014

Diante dos fatos ocorridos nessa manhã, de 12 de março de 2014, denunciemos a ação violenta de 20 policiais do Comando Tático Rural – COTAR, Polícia Especial Itinerante, vinculada à Polícia Militar do Ceará, que invadiu a comunidade atirando contra lideranças do Grupo de Pescadores e Marisqueiras da Comunidade do Cumbe.

Além de destruir um cultivo comunitário de ostra, a Polícia prendeu um pescador e um estudante do curso de Sociologia da Universidade de São Paulo – USP, que realizava pesquisa na comunidade.

Diante da violência policial e violação aos direitos humanos nos solidarizamos com a Comunidade do Cumbe e convidamos as pessoas e organizações parceiras para apoiar a resistência na comunidade do Cumbe assim como, defender os direitos de todos/as pescadores e pescadoras aos territórios tradicionais na Zona Costeira do Ceará.

Instituto Terramar
Fortaleza, 12 de março de 2014

Para entender o contexto segue em anexo o comunicado que a RedManglar publicou sobre o caso.

Em apoio a comunidade do Cumbe, Ceará, Brasil
23 de agosto de 2013

Mais de vinte sete famílias da comunidade do Cumbe, município de Aracati no Estado do Ceará, foram injustamente desalojadas do seu território por policiais militares. Autoridades governamentais do Brasil respondem aos interesses particulares de um carcinicultor, violentando os direitos humanos de toda uma comunidade.

A comunidade do Cumbe durante anos reclama seus direitos e a pose de seu território tradicional, assim comovem denunciando a existência de áreas abandonadas por fazendas produtoras de camarão desde 2004.

A comunidade do Cumbe tem realizado um esforço para fazer evidente a intenção do empresário e carcinicultor Rubens dos Santos Gomes, de reativar uma fazenda de camarão, a pesar da ilegalidade e do conflito sobre a pose da terra, com o fim de apropriar-se do território da comunidade.

Para conseguir reativar esta fazenda, o empresário recorreu inclusive à destruição de áreas de manguezal sem que as autoridades tenham atuado devidamente frente à degradação do

CONT.



ecossistema que se encontrava em processo de recuperação. Para evitar a destruição dos manguezais pelo empresário, moradores da comunidade ocuparam a área desde o dia 10 de março de 2013. O empresário em resposta iniciou um processo de criminalização contra vários pescadores locais, acusando-os de suposta invasão.

No mês de junho, a Secretaria Executiva da Redmanglar somou-se a denúncia pública do Cumbe, enviando um comunicado e carta ao Prefeito de Aracati expondo verbalmente o conhecimento e preocupação deste caso, entretanto sem resposta. Segundo depoimento de um morador local, este documento também faz parte do expediente do caso no Ministério Público.

Na última semana, a comunidade foi despejada pelas forças da Polícia Militar diante do empresário e com a participação das autoridades da justiça. O despejo foi realizado no momento em que a maioria dos pescadores estavam pescando e estavam presentes as mulheres e crianças nesta dramática situação.

Frente a esta situação:

A Redmanglar Internacional expressa sua preocupação e condena a violação dos direitos humanos dos/as moradores/ase habitantes da comunidade do Cumbe. Rechaça que a justiça e outras instituições governamentais favoreçam interesses particulares a favor de um empresário da carcinicultura, contra o bem comum e coletivo de uma população.

Roga que a Defensoria Pública de Aracati dê seguimento e acompanhamento aos/as moradores/as da comunidade, procurando que seus direitos sejam restabelecidos, dentre eles: o direito ao território comunitário e a segurança da população afetada.

Solicita a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE que cumpra com sua missão de “Defender o meio ambiente assegurando a melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras” assim como cumprir seu marco de gestão atual de “assegurar a integralidade ambiental necessária para a sustentabilidade dos recursos naturais e qualidade de vida”.

Solicita que o Prefeito de Aracati, Ivan Silvério, atue a favor do benefício dos/as habitantes do município, respeite os direitos de sua população e garanta o desenvolvimento social e ambiental do município, ao invés da reativação deste empreendimento camaroneiro que está vulnerabilizando a população e o ecossistema manguezal.

Convida aos meios de comunicação, a divulgar este caso de violação de direitos socioambientais já que a difusão da informação pode ser um apoio fundamental para a comunidade.

Torna de conhecimento público que estará atenta a este caso esperando uma pronta solução em benefício da comunidade. Expressa à população do Cumbe, solidariedade e apoio neste momento difícil. Animamos para que mantenham a unidade e fortaleza, ao mesmo tempo em que reconhecemos os grandes esforços e luta da comunidade junto às organizações aliadas para proteger seus territórios e defender seus direitos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

Secretaría Ejecutiva
Redmanglar Internacional
Cogmanglar/ Secretaría 2011 – 2013
www.redmanglar.org

redmanglar@redmanglar.org



Reunião em Santa Catarina debate demarcação de terras indígenas

SÍTIO MPF, 12.03.2014

Procuradores da República participaram de mesa de diálogo com outros órgãos governamentais para resolver impasses existentes nas demarcações de terras indígenas no Estado

Os desdobramentos referentes a três terras indígenas em demarcação em Santa Catarina foram debatidas em mais uma reunião, realizada na última sexta-feira, 7 de março, no estado, entre representantes do Ministério Público Federal, Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio (Funai), Advocacia Geral da União e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além de indígenas e não índios que ocupam as terras em demarcação. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, participou do encontro para discutir as terras Guarani de Morro dos Cavalos, Kaingang Toldo Imbu e Guarani Araçaí.

O ministro abriu a reunião e salientou que, assim como em dezembro do ano passado, veio ao Estado de modo conciliador para chegar a um entendimento entre as partes envolvidas e evitar conflitos. O governador do Estado, Raimundo Colombo, endossou as palavras do ministro. Já os procuradores da República Analúcia Hartmann (Florianópolis), Carlos Humberto Prola (Concórdia e Chapecó) e Mário Roberto dos Santos (São Miguel do Oeste) ressaltaram a importância de salvaguardar os direitos dos povos indígenas relativos às terras mencionadas, situação consagrada pela Constituição Federal.

Em relação ao Morro dos Cavalos, o ministro deixou claro que a desintrusão dos não índios continuará sendo discutida, mesmo diante da ação que a Procuradoria Geral do Estado impetrou no Supremo Tribunal Federal buscando a nulidade do processo demarcatório. Ficou estabelecido que o DNIT deverá entregar os documentos necessários previstos por lei para o empreendimento da duplicação da BR-101, incluindo uma quarta pista provisória. Também foi agendada uma reunião em Brasília com a presença da Funai, Ibama, DNIT e MPF, para tratar do assunto. Na oportunidade, a procuradora da República Analúcia Hartmann informou que está exigindo do DNIT a apresentação do cronograma da obra e solicitou ao Ministério da Justiça que também acompanhe a questão.

Em relação à comunidade do Araçaí, foi proposto um acordo para que as cerca de 30 famílias indígenas Guarani, que hoje encontram-se na Terra Indígena Toldo Ximbanguê, em Chapecó, sejam alocadas provisoriamente no município de Bandeirantes, em imóvel que está sendo desapropriado pelo Estado. O MPF entregou uma minuta ressaltando algumas condicionantes, considerando a necessidade de apresentação da infraestrutura necessária ao processo de alocação provisória das famílias, entre os quais destacam-se acesso adequado, saúde, moradia e saneamento, além do prosseguimento do processo administrativo da demarcação da terra indígena.

A proposta apresentada pelo ministro José Eduardo Cardozo para a finalização do processo de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

demarcação da terra indígena Toldo Embú, em Abelardo Luz, foi aceita tanto pelos agricultores quanto pelos indígenas. Será criado um grupo de estudo composto pelo Incra e Governo do Estado para fazer o levantamento fundiário georreferenciado, além de uma comissão jurídica para verificar as alternativas para apresentação da melhor proposta de termo a ser firmado entre as partes, fixando o prazo de seis meses para a conclusão dos trabalhos.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

ONU convida pós-graduandos a enviar trabalhos sobre indústria extrativista e desenvolvimento social

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2014

O Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD) convida estudantes de pós-graduação (mestrado ou superior) para enviar trabalhos para o "Young Scholars Think Piece Series". Textos em inglês, francês ou espanhol sobre indústrias extrativistas e desenvolvimento social devem ser enviados até 21 de março.

Para publicação, é dada preferência a obras originais que ofereçam perspectivas alternativas, destacando os pontos de vista marginalizados e trazendo para o debate temas negligenciados. Os textos podem ser baseados em ensaios, dissertações e teses escritas anteriormente com abordagens, por exemplo, de direitos humanos; meio ambiente; responsabilidade social corporativa; migração, gênero; infância; política social; desenvolvimento comunitário e povos indígenas.

Para detalhes, clique aqui ([http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/\(httpProjects\)/FE5908DED587B59CC1257C690046523D?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/projects.nsf/(httpProjects)/FE5908DED587B59CC1257C690046523D?OpenDocument)).

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Luciana Zaffalon.



Série sobre Indígenas da Aldeia YPo'i, em Paranhos, é selecionada para o 16º Festival Nacional 5 Minutos na Bahia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2014

Elverson Cardozo, Campo Grande News

Foi na graduação que o jornalista Everson Tavares, de 22 anos, teve contato com os movimentos em defesa das minorias e passou a se interessar pela realidade dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. Apaixonou-se pelo tema e, ainda estudante, aprofundou-se na discussão que, no final do curso, resultou em um webdocumentário como Trabalho de Conclusão de Curso.

Divida em cinco vídeos, a série "Tekohá – os filhos da terra", que recebeu nota dez da banca examinadora da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), chegou à Bahia e agora está entre os 50 trabalhos selecionados para a mostra competitiva do 16º Festival Nacional 5 Minutos, realizado pela Funceb, a Fundação Cultural daquele Estado.

Sem tema definido, a ação, que incentiva a experimentação, produção e difusão do audiovisual no Brasil, é uma grande vitrine para o produto, que, assim como os outros, terá projeções em bares e prédios de valor arquitetônico.

Everson é o único representante de Mato Grosso do Sul selecionado para a mostra. Dos cinco "episódios" que compõem o webdocumentário, apenas dois foram enviados à comissão organizadora: "Os filhos da terra", sobre a territorialidade, e "Caminho Natural", que fala das crianças Guarani Nhandeva. O terceiro, "Nhandeci Rezadora", está na suplência. "Ainda pode entrar", explicou.

Os depoimentos que sustentam os registros foram gravados em Campo Grande, mas as "imagens de apoio" foram captadas na aldeia YPo'i, em Paranhos, a 469 quilômetros de Campo Grande.

"Fiquei cinco dias nessa área, que é de retomada. Ainda tem certo conflito com os fazendeiros. Fui como o pessoal do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). Lá eu coletei os ensaios fotográficos e audiovisuais", contou, ao comentar que, na edição, aliou a fotografia e o vídeo.

Dos 259 inscritos, de todas as regiões do Brasil, 50 foram selecionados, mas apenas quatro serão premiados, disse. O primeiro lugar receberá R\$ 12 mil, o segundo R\$ 10 mil e o terceiro R\$ 8 mil.

Everson está orgulhoso por contribuir com as "discussões das terras no Estado" e feliz por ver, mesmo em outro Estado, a valorização do audiovisual produzido em Campo Grande. "Mato Grosso do Sul, embora tenha uma tradição cinematográfica, não costuma exportar suas mídias", afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

Confira os três vídeos enviados:

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=e_W2YO2xf5Q

O solo sagrado e o lugar de ser em um espaço revelam a importância do território para os povos tradicionais. O conceito é complexo, mistura sentimentos com sobrevivência. Difícil explicar para quem só entende o mundo a partir de cifras. Ainda assim, os povos indígenas se esforçam para serem compreendidos. Vídeo da série Tekohá – os filhos da Terra, um webdocumentário sobre a cultura dos povos indígenas como forma de resistência.

http://www.youtube.com/watch?v=EAg3mqvfrWo&feature=player_embedded

A cosmovisão dos povos indígenas enxerga a natureza como algo além de simples matéria-prima. A natureza é como um canto divino. Crescer entre as árvores concede às crianças uma noção de liberdade além da compreensão dos que vivem na cidade. A Natureza é o caminho.

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=RrFuCLRzo6c

Com um pedaço de taquara, um chacoalho indígena, a dança de seu corpo e o som em coro de diversos cantos ela afasta o mal, cuida das crianças e garante que o dia seguinte seja melhor. O rezador ou rezadora é figura central do modo de vida Nandeva. Mas a tradição está ameaçada por outro tipo de sacerdote.



Professores indígenas produzem cartilha em parceria com a Pró-Índio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2014

O pedido para a publicação de cartilha sobre plantas medicinais veio dos professores, após a realização de atividades com os estudantes e os mais velhos da aldeia durante dois anos

Por Bianca Pyl, Comissão Pró-Índio de São Paulo

Professores, alunos, jovens e mais velhos. Todos envolvidos em uma atividade que visa valorizar a cultura Tupi-Guarani e ao mesmo tempo ensinar aos mais jovens toda a riqueza desta cultura. Foi assim que o professor Devan Kawin definiu a elaboração da cartilha sobre plantas medicinais: Ywyrá Rogwé – Ywyrá Rapó (Folha e raízes que curam: resgatando a medicina tradicional Tupi-Guarani).

A produção da Cartilha foi uma solicitação dos professores da Aldeia Piaçaguera, uma das cinco aldeias da Terra Indígena Piaçaguera, à Comissão Pró-Índio de São Paulo. Os indígenas tinham o anseio de publicar o resultado das atividades realizadas ao longo de dois anos com alunos de diferentes idades. “Este trabalho é muito importante para que as crianças conheçam a sua cultura e para termos um registro, não queríamos que ficasse só dentro da sala de aula por isso foi fundamental contar com o apoio da Comissão Pró-Índio”, disse o professor Luan Apyka.

As atividades fazem parte de um processo de “resgate cultural” e “fortalecimento da cultura”, de acordo com os professores. Para pensar a sua cultura e melhorar a circulação dos conhecimentos entre as pessoas da aldeia, inclusive os mais velhos. “Esta publicação é importante para mostrar que ainda temos essa cultura, que não perdemos”, avalia Devan.

Para a produção do conteúdo, os professores trabalharam o tema durante as aulas. As crianças foram diversas vezes até áreas próximas a escola, acompanhados do pajé Guaíra e de outros mais velhos, que são os maiores conhecedores do assunto da aldeia, para conhecerem as plantas de fácil acesso e como utilizá-las. A importância de não fazer as receitas sem a presença de um adulto, foi frisada constantemente durante as atividades.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo realizou uma expedição fotográfica com os mais velhos e as crianças para registrar as plantas, material que será utilizado na cartilha. Além disso, realizou também uma oficina com profissionais de designer para que os índios escolhessem como será a publicação e pensassem os usos didáticos que o material poderá ter.

“A publicação desse trabalho vai ajudar na divulgação desse conhecimento internamente, atingindo também as pessoas de fora da escola. Além de ser um material escolar mais adequado ao modo de vida Tupi, mais do que aqueles utilizados por nós”, explica Otávio Penteado, assessor de projetos da Pró-Índio.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

Para a realização deste trabalho, a Pró-Índio conta com apoio financeiro da DKA-Áustria, Christian Aid e Size of Wales.



Professores Munduruku trancam secretaria de educação após demissão em massa
SÍTIO REPÓRTER BRASIL, 12.03.2014

Demissão de 70 educadores foi feita por rádio e deixou centenas sem aula. Apenas indígenas foram dispensados. Prefeitura de Jacareacanga (PA) nega perseguição

Por Larissa Saud

O ano letivo mal havia começado nos afluentes do Tapajós, quando cerca de 70 professores indígenas da etnia Munduruku ouviram seus nomes nos rádios das aldeias. A ordem era para que deixassem as escolas. Estavam despedidos e centenas de alunos ficariam sem aulas por tempo indeterminado. Após o comunicado, educadores começaram a descer das aldeias até a cidade para exigir recontração. A mobilização culminou no trancamento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SEMECD) de Jacareacanga, oeste do Pará, fechada pelos educadores desde segunda-feira, dia 10.

Eles exigem readmissão imediata de 70 professores, demitidos no final de fevereiro pela prefeitura, cobram a saída do secretário e melhorias na educação: "Nós, povo Munduruku, queremos respeito. Nós não somos analfabetos, somos educadores. Queremos a demissão do secretário de educação já. Fora Pedro Lúcio! Fora! Fora! Queremos uma educação de qualidade! Queremos respeito, secretário!", diz a carta pública apresentada pelos indígenas.

Eles cobram também a presença de várias instituições em Jacareacanga, como a Fundação Nacional do Índio de Brasília, Ministério da Educação, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho.

Demissão seletiva

Os indígenas denunciam que apenas os professores indígenas foram demitidos, enquanto os não-indígenas na mesma situação continuarão dando aulas. Além disso, dizem que os novos professores não dominam as disciplinas, principalmente as de artes, língua materna, cultura indígena, e muitas vezes não sabem falar munduruku, deixando vários alunos sem entender as aulas. "Achamos isso um desrespeito com os direitos dos povos indígenas. Queremos o retorno imediato dos professores para as aulas", afirma Paigomuyatpu Manhuary, ex-professor do 4º ano de ensino geral na aldeia Caroyal Rio das Tropas.

"É a primeira vez que isso acontece. Desde 2007 que eles trabalhavam. A gente quer que eles recontraem os professores. Reunimos, reunimos e não definiram nada. Aí fechamos a Secretaria. Vai ficar fechada até eles resolverem isso", explica Kabaiwun Kaba, membro do Movimento Munduruku Ipereg Ayu.

A maioria dos professores demitidos faz parte do projeto Ibaorebu, coordenado por André

CONT.



Ramos, indigenista e historiador. O curso técnico de oito anos tem como objetivo formar os indígenas em três áreas: enfermagem, magistério e agroecologia, o que possibilitaria a contratação dos mesmos. A primeira turma iria concluir o curso no início deste ano, porém houve atraso na oferta das disciplinas, o que fez com que o término fosse adiado para o final do ano.

Paigomuyatpu acredita que a decisão da Prefeitura é uma retaliação à fiscalização realizada em janeiro pelos Munduruku nos garimpos localizados em terras indígenas. Na ação, vários garimpeiros não-indígenas foram expulsos, e os maquinários, apreendidos. "Demitiram só os professores do Ibaorebu. A gente acha que isso é pra intimidar a gente por causa da fiscalização. Agora várias aldeias estão todas sem aula. Eu já falei para alguns vereadores: Se vocês não resolverem isso, não teremos mais acordo nenhum", concluiu Paigomuyatpu Manhuary por telefone.

A prefeitura nega perseguições. Segundo João Kaba, coordenador de educação Indígena do município, a motivação da prefeitura para as demissões é a falta de formação dos professores: "Eles não tem curso superior, só fundamental. Eles não são concursados, são temporários. Todo final de ano acaba os contratos e esse ano não renovamos com eles. Vamos fazer a substituição".



Enchentes: de Sobradinho a Santo Antônio e Jirau, por Roberto Malvezzi (Gogó)
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.03.2014

A cena final do filme "Apocalypse Now" nivela o homem primitivo que mata um búfalo a golpes de facão – num ritual pagão – a um soldado americano que elimina outro soldado americano também a golpe de facão. Além do mais, a eliminação era uma operação secreta do próprio exército americano. O recado de Francis Coppola era óbvio: as tecnologias evoluíram, mas o ser humano continua tão primitivo quanto seus ancestrais da pedra lascada no trato aos seus semelhantes.

Vendo as enchentes que acontecem no rio Madeira, por causa da construção das barragens, impossível não relembrar as monumentais enchentes acontecidas no São Francisco quando da construção da barragem de Sobradinho, ainda na década de 70 do século passado. A inundação das cidades, a remoção caótica da população, a total falta de controle das corporações técnicas sobre o volume das águas, a tensão emocional e psicológicas das populações impactadas por danos físicos, morais, econômicos e emocionais para todo o sempre. Pior dos piores, o cinismo oficial que lava as mãos diante da tragédia que ele mesmo provocou.

Não há o que aprender. São fatalismo acabados, com crueldade de um abutre que corrói o fígado de Prometeu pelos séculos dos séculos sem fim. As empresas, os políticos, as corporações técnicas não precisam aprender e nem querem mudar. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) estima que um milhão de pessoas no Brasil experimentou e experimenta esse tipo de indiferença, algo próximo dos leões que eliminam os filhotes de seu antecedente quando conquista uma nova alcateia.

A mídia, os políticos, as corporações técnicas se expressam pela voz do consórcio que constrói Belo Monte: "depois que essa obra estiver concluída, ninguém vai se lembrar desses detalhes". Eles, de fato, não. O povo jamais voltará a ter sossego depois da construção de uma barragem.

Só uma vez na vida vi um técnico considerar o desastre ambiental e social que está por detrás da construção de uma obra como essa para garantir a energia para o capital. Foi o hidrólogo João Abner. Num debate sobre a Transposição de águas do São Francisco, ele disse: sou grato ao povo do São Francisco que pagou horrores para que eu pudesse ter energia elétrica na minha casa no Rio Grande do Norte.

A metáfora de Coppola continua de pé. Criamos tecnologias, leis, contratos e uma parafernália infernal para vivermos em sociedade. Entretanto, quando se trata de definir interesses, os donos do poder são tão primitivos como seus ancestrais que sacrificavam seres humanos para saciar os deuses sanguinários de suas religiões.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



A abertura da BR-421, em Rondônia, ameaça povos isolados
SÍTIO CIMI, 12.03.2014

No dia 6 de março, no prédio da Secretaria da Segurança e Cidadania, por solicitação do Ministério Público Federal (MPF), foi realizada uma reunião com a participação de várias instituições governamentais: Procuradoria do Governo de Rondônia, Departamento de Estradas e Rodagem (DER), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Amazônia (Sedam), Ibama, Defesa Civil, Polícia Militar, Secretaria da Segurança, Advocacia Geral da União (AGU), MPF e uns poucos representantes da sociedade civil, com o objetivo de discutir sobre a viabilidade da abertura da BR-421, que ligaria a região central de Rondônia ao Vale do Mamoré, no norte do estado e onde vivem povos indígenas em situação de isolamento e risco de extinção.

No último dia 03 de março, em cumprimento ao mandato expedido pela Justiça Federal numa ação proposta pelo Ministério Público Federal, o DER retirou do local as máquinas e equipamentos que estavam realizando a abertura da estrada. O governo de Rondônia, através da lei 1193/2014, legalizou a abertura da rodovia na Unidade de Conservação Parque Guajará Mirim com a alegação de que a BR-421 solucionaria a situação de isolamento atual dos municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim e que, recentemente, se agravou bastante devido às cheias históricas do Rio Madeira.

No entanto, cabe explicitar que existe nesta região um esquema bem montado por fortes grupos econômicos que têm interesses na abertura desta rodovia e, aproveitam a ocorrência das atuais enchentes, para pressionar e organizar a população local para pressionar pela suspensão da liminar que interdita a abertura da BR-421.

Os moradores da região, insatisfeitos com a paralisação dos trabalhos que estavam sendo executados, estão bloqueando constantemente todos os acessos ao distrito de Jacinópolis. Em Nova Dimensão o clima também é de revolta da população. Um grupo de manifestantes obstruiu a única passagem que dá acesso a Guajará Mirim e a Nova Mamoré, pela linha 29, Novo Horizonte, como forma de pressionar a abertura da BR-421.

Além dos interesses econômicos, por se tratar de ano eleitoral, políticos também se esforçam para suspender a liminar da justiça que interdita a abertura da rodovia. A justificativa da Secretária do Desenvolvimento e Meio Ambiente, Nanci Maria Rodrigues, é a de que a abertura da BR-421 já vem sendo pensada há anos e ela facilitaria a fiscalização do próprio Parque Estadual. O MPF contra argumentou que isso deixaria a Unidade de Conservação Parque Guajará Mirim mais vulnerável a invasões de todo o tipo.

A Procuradora da República, Raquel B. P. M. Nascimento, na medida cautelar 22-05-2014.01.0000/RO, afirma "há bastante tempo há interesses políticos e econômicos e também interesses escusos, que levaram, inclusive, às ameaças de vida da juíza sentenciante, na abertura dessa estrada que passa justamente em unidade de conservação, local onde há

CONT.



indígenas silvícolas, reservas minerais e também a consequente facilitação de práticas relacionadas ao contrabando e ao tráfico de drogas”.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de Rondônia teme que os povos em situação de isolamento e risco de extinção sejam exterminados pela ganância de um modelo de capitalismo para o qual “o que vale é o lucro” e enxerga nestes povos que vivem milenarmente neste território apenas uma ameaça aos milhões que estão em jogo.

Desse modo, a fauna, flora, povos indígenas, populações tradicionais e toda a riqueza natural e cultural destes povos milenares podem desaparecer. Só não se pode admitir é a perda econômica. Para o governo “... não serão meia dúzia de homens primitivos ou meia dúzia de espécies de bagre que vão deter esta euforia de desenvolvimento, temos que crescer para sobreviver”.

O governo brasileiro, por conta de uma catástrofe anunciada, a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, expôs a população a uma situação de isolamento e desabastecimento. Poucos veículos da imprensa têm responsabilizado a construção das hidrelétricas como o principal fator do isolamento que se encontram os municípios de Guajará Mirim, Nova Mamoré e o estado do Acre. Justificam tal situação como apenas uma questão meramente meteorológica, devido às constantes chuvas, nas cabeceiras do Rio Madeira.

Outro fator que devemos levar em consideração é a construção da hidrelétrica do Ribeirão, na região de Nova Mamoré e Guajará Mirim, prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II. Uma vez realizada a construção de tal hidrelétrica, colocaria em risco e em total isolamento estes municípios, pelas BRs 425 e 364. Não podemos deixar de relacionar uma ação à outra. No entanto, diante da cheia do Rio Madeira, o estado toma a decisão de abrir a BR-421. Ou seja, vai remendando e causando mais danos à já sofrida região por planejamentos equivocados e que não priorizam o bem estar da população.

Através desta, expomos a nossa preocupação com abertura da BR-421 pois esta compromete a integridade física e cultural dos indígenas isolados que se encontram nesta área e significa um aumento da pressão sobre os territórios e, conseqüente, invasão nas terras indígenas Karipuna, Lage e Ribeirão. Todo este contexto levará ao aumento da violência nesta região, já que o Estado tem sido extremamente ausente em garantir a segurança, a ordem e a cidadania.

Estes povos que estão em situação de isolamento e risco de extinção são portadores de uma cultura milenar, cujo valor a sociedade não tem condições de avaliar. No entanto, diante do processo de extermínio que enfrentam, eles vivem diariamente tentando sobreviver por mais um dia de vida, correndo das atrocidades cometidas pelos que se dizem “civilizados e desenvolvidos”. Por isto, é urgente a defesa da vida dos homens e mulheres dessas culturas, construtoras de relações harmoniosas com a natureza e de uma lógica de reciprocidade orientada para o bem estar de todos.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Rondônia



Indígenas e indigenistas reforçam pedido de investigação contra ruralistas a procurador-geral
SÍTIO ISA, 12.03.2014

Rodrigo Janot informou que encaminhou a deputados ruralistas notas que apontam inconstitucionalidades na PEC 215 e PLP 227, projetos que pretendem restringir direitos indígenas

Representantes de organizações indígenas e indigenistas reuniram-se, hoje, em Brasília, com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para reforçar o pedido de investigação contra os deputados ruralistas Luís Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) encaminhado, na semana passada, numa representação ao Ministério Público Federal (MPF).

O grupo também pediu providências contra uma série de medidas que pretendem restringir os direitos indígenas, como a Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 e o Projeto de Lei (PLP) 227, ambos tramitando na Câmara.

Grupo de 14 pessoas, entre lideranças indígenas e representantes de organizações indigenistas, reuniu-se com Rodrigo Janot

Janot informou que o MPF já encaminhou a deputados ruralistas, depois de um pedido dos parlamentares feito em uma reunião, duas notas técnicas que apontam inconstitucionalidades na PEC 215 e no PLP 227. A primeira foi anexada ao mandado de segurança apresentado pela Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos Indígenas contra a tramitação da PEC, no ano passado (leia aqui). O ISA pediu à assessoria do MPF a segunda nota, mas não teve resposta até o fechamento desta reportagem.

A PEC transfere do governo federal ao Congresso a atribuição de aprovar as demarcações de Terras Indígenas (TIs). O PLP 227 abre a exploração de recursos naturais em TIs a terceiros. Já a Portaria 303 pretende estender a todos processos de demarcação as condicionantes definidas no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do caso da TI Raposa-Serra do Sol (RR), de 2009, autorizando a implantação de projetos de infraestrutura nas TIs sem autorização das comunidades indígenas, entre outros pontos.

Casos de violência cometidos contra comunidades indígenas foram um dos principais temas do encontro. Segundo as organizações indígenas e indigenistas, o discurso de estímulo ao uso da segurança armada por produtores rurais acontece no mesmo momento em que esses casos vêm aumentando.

Janot disse que as denúncias feitas pelo grupo serão analisadas e que a representação contra Heinze e Moreira já está sendo avaliada pelo MPF. A representação, também assinada pelo ISA, tem como alvo dois vídeos divulgados nas redes sociais, nas últimas semanas, em que os

CONT.



parlamentares estimulam produtores rurais a usar segurança armada para expulsar comunidades indígenas das terras que consideram suas. Nas gravações, Heinze ofende índios, quilombolas, negros, homossexuais e sem terra (saiba mais).

Astério Ferreira do Porto mostra ferimentos provocados em ataque à aldeia

“Está na hora de ser punido quem incita a violência contra os povos indígenas. Esses parlamentares são pagos com dinheiro público”, criticou Rosane Kaigang, da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul).

“Os vídeos são exemplares do que está acontecendo em todo país. Os fatos são graves e precisam ser investigados”, afirmou Raul do Valle, coordenador de Política e Direito Socioambiental do ISA.

“Os ruralistas deixaram de lado as ações judiciais e passaram a um discurso de incitação à violência e criminalização das comunidades indígenas. Há uma coordenação por trás desse movimento e a tendência é a violência aumentar. Por isso é fundamental que o MPF investigue o caso”, reforçou Adelar Cupsinski, assessor do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O procurador-geral também negou que a Portaria 34, publicada por ele em janeiro, limite os poderes das Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF em atuar contra autoridades federais. “Não faço nenhum juízo sobre as ações. Apenas as encaminho. Não há nenhuma censura”, garantiu.

A portaria lista as autoridades – o presidente da República, alguns ministros, deputados e senadores, entre outros – para as quais notificações e intimações, por exemplo, feitas por procuradores federais devem ser encaminhadas diretamente pelo procurador-geral.

Além de representantes do ISA, da Arpinsul e do Cimi, também participaram do encontro com Janot integrantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e Greenpeace.

Ataque a Tupinambás e TI Kayabi

Os indígenas também denunciaram a Janot o ataque sofrido por uma aldeia, em Itapebi, no sul da Bahia, na sexta. A área é reivindicada por índios Tupinambá. Astério Ferreira do Porto e Eliete de Jesus Queiroz, duas das vítimas, mostraram os ferimentos provocados por jagunços ao procurador-geral.

De acordo com eles, 18 homens armados feriram mais um indígena e destruíram 28 casas da aldeia Encanto da Patioba. O ataque teria sido cometido a mando de fazendeiros contrariados com a presença dos indígenas (saiba mais).

Índios Munduruku e Kaiabi também estiveram na reunião e pediram providências contra a decisão liminar do STF que suspendeu o decreto de homologação da TI Kayabi (MT/PA). “Precisamos da nossa terra demarcada, melhorias na saúde, na educação, no transporte. Não precisamos de cestas básicas e hidrelétricas”, disse Taravy Kayabi.



Governo realiza mais uma edição dos Jogos Indígenas

SÍTIO PB AGORA, 12.03.2014

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), confirmou nesta quarta-feira (12) a realização de mais uma edição dos Jogos Indígenas. Neste ano, o evento vai acontecer na aldeia Jaraguá, localizada no município de Rio Tinto, entre os dias 24 e 28 de abril. As modalidades oferecidas são: arco e flecha, canoagem, corrida do toro, futebol de campo, mini maratona, futsal e cabo de guerra.

A expectativa é que mais de 500 indígenas de 42 tribos dos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição participem dos Jogos que serão realizados pelo terceiro ano consecutivo. “Pela terceira vez consecutiva, o Governo do Estado realizará um evento esportivo destinado aos índios. A expectativa é que mais de 500 representantes de várias tribos marquem presença”, disse o coordenador José Hugo.

O secretário de Juventude, Esporte e Lazer, Tibério Limeira, afirmou que o Governo tem o compromisso de apoiar o esporte em todos os segmentos da sociedade. “Realizar mais uma edição dos Jogos Indígenas demonstra a preocupação de movimentar o esporte nos diversos segmentos. A cada ano, aumenta o número de participantes e isso traz empolgação para investir em eventos como este”, destacou Tibério.

Os Jogos Indígenas da Paraíba são organizados pelo Governo do Estado por meio da Sejel. O evento conta com o apoio das prefeituras de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição.



Projeto de formação de magistério para indígenas beneficia 45 mil alunos no Amazonas

SÍTIO EM TEMPO, 12.03.2014

As ações do projeto Pirayawara, cujo foco é a formação e capacitação de professores indígenas, tem sido intensificadas pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc).

O projeto é executado pela Gerência de Educação Escolar Indígena da Seduc e faz parte de uma série de ações que são desenvolvidas há mais de 15 anos. Sua meta principal é garantir aos povos indígenas uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngüe, de qualidade e que responda aos anseios desses povos.

Conforme a gerente da Educação Escolar Indígena da Seduc, Alva Rosa Vieira, o projeto está estruturado em nove linhas de ação. "Trabalhando a formação inicial de professores indígenas para o magistério, formação continuada de professores indígenas, formação continuada de técnicos das Secretarias Municipais, formação continuada de técnicos para atuarem nas sedes das Secretarias, diagnóstico linguístico e antropológico da realidade indígena no Estado do Amazonas, além do desenvolvimento e fomento das línguas indígenas no Estado", informou.

O Pirayawara, conforme Alva Rosa, também atua na produção, editoração, publicação e distribuição de material didático específico e diferenciado, distribuição de material escolar e didático pedagógico, assessoria técnico-pedagógica e administrativa às secretarias municipais, além de apoiar e divulgar a cultura indígena no Amazonas.



Calamidades indígenas, editorial da Folha de São Paulo

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.03.2014

A saúde representa um dos aspectos mais desastrosos do contato do "homem branco" com os povos indígenas americanos. Desde os tempos coloniais, são frequentes as mortes relacionadas a doenças simples, como gripe e catapora.

Diversas etnias foram dizimadas em decorrência de enfermidades. Hoje, muitas das que sobreviveram a esse primeiro momento sofrem com condições miseráveis, agravadas por mudanças bruscas dos hábitos alimentares.

Reportagem da BBC Brasil feita com base em registros do Sistema Único de Saúde (SUS) mostrou que, desde 2008, 419 crianças indígenas morreram por desnutrição no país. O montante equivale a 55% das mortes por desnutrição infantil em todo o Brasil no período, embora os índios sejam apenas 0,4% da população nacional.

A situação é particularmente preocupante porque, em outubro de 2010, diante da necessidade de oferecer tratamento específico para cada uma das diferentes etnias, o governo criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). O órgão mantém cerca de 60 casas sanitárias que, ao que tudo indica, estão longe de funcionar bem.

Na unidade de Campinópolis (MT), por exemplo, colchões mofados espalhados num espaço inadequado abrigavam xavantes doentes - trata-se da etnia com mais mortes por desnutrição infantil.

Como se o cenário não fosse já calamitoso, a Controladoria-Geral da União (CGU) identificou gastos indevidos de recursos destinados à saúde das comunidades indígenas. Conforme esta Folha apontou no último sábado, as irregularidades, cometidas de 2010 a 2012, atingiram R\$ 6,5 milhões.

Os problemas incluem duplicidade no pagamento de funcionários, locação irregular de veículos e remuneração por viagens que simplesmente não ocorreram.

Houve, além disso, ágio de até 8.691% na compra de remédios. Em um dos casos, 60 comprimidos de um medicamento foram adquiridos por R\$ 98 com cartão corporativo, mas ficavam por R\$ 1,10 mediante licitação.

É lamentável que um órgão criado há apenas quatro anos apresente tantos vícios. A Secretaria Especial de Saúde Indígena foi concebida para cuidar de um segmento populacional vulnerável, e não para ajudar a desviar recursos públicos.



FPEYY recebe denúncia de abuso de crianças indígenas, em Roraima

SÍTIO G1/RR, 13.03.2014

Casos foram relatados à Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami. Dono de garimpo é apontado pelos indígenas como suposto estuprador.

Uma liderança da Maloca do Papiú, localizada a mais de 200 quilômetros de Boa Vista, entre os municípios de Alto Alegre e Iracema, denunciou à Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY) que um dono de garimpo naquela região teria abusado sexualmente de meninas indígenas de 12 e 13 anos, além de submeter jovens índios a trabalho escravo.

A denúncia foi feita durante uma operação conjunta da Polícia Militar de Roraima e Funai na Terra Indígena Yanomami, quando um garimpo foi desarticulado no começo desta semana. Segundo o coordenador da FPEYY, João Catalano, a equipe, que já estava na operação 'Korekorema' na terra Yanomami, foi ao local para apurar as denúncias.

"Chegamos à comunidade [Maloca do Papiú] na sexta-feira (7). Após três dias de caminhada, estávamos no garimpo, onde constatamos a denúncia e encontramos o suspeito, que tem 45 anos", declarou Catalano na tarde desta quarta-feira (12).

De acordo com ele, a equipe da operação era formada apenas por dois funcionários da Funai e quatro policiais e, por esse motivo, alguns garimpeiros conseguiram fugir, incluindo o suspeito de cometer os abusos.

"Nós 'fechamos' o garimpo. Equipamentos e estrutura foram destruídos. Apesar das fugas, temos a identidade do suposto aliciador e a polícia começará as buscas", destacou.

Conforme relataram os indígenas, cinco crianças foram abusadas sexualmente. A equipe conseguiu identificar duas e a intenção é que uma delas seja encaminhada para Boa Vista. Segundo Catalano, o homem oferecia batons e perfumes para atrair as crianças, e os rapazes trabalhavam em troca de alimentos para a comunidade.

"Quando chegamos, os motores estavam funcionando e quem os manuseava eram indígenas menores de idade. Temos os dados e endereço do suspeito e, com certeza, a Polícia Federal irá pedir sua prisão preventiva", acrescentou.

Os 16 garimpeiros retirados da Terra Indígena foram encaminhados para a sede da Polícia Federal em Roraima, na tarde desta quarta. Eles deverão ser ouvidos e testemunhar no caso. A PF não se pronunciou sobre as denúncias, tampouco sobre um possível mandado de prisão em nome do dono do garimpo.

CONT.



Confronto

João Catalano relata que no dia em que a equipe retornaria para Boa Vista, a expedição dos indígenas foi atacada por índios da Venezuela.

"Dois índios Yanomami morreram no confronto e por isso não pudemos trazer as crianças que foram abusadas. Um dos índios mortos era parente de uma das vítimas", comentou.

Segundo ele, a criança está na maloca e a Funai aguarda o término dos ritos do funeral da comunidade para que a menina possa ser encaminhada à capital para se submeter a exames médicos.

"É complicado trazer [as crianças]. Estamos esperando passar o funeral. O que ocorreu não teve nada a ver com a nossa operação, pois é consequência da rivalidade entre as comunidades que se enfrentaram", observou Catalano.



Nível do rio Acre continua apresentando sinal vazante

SÍTIO AC 24HORAS, 13.03.2014

O nível do rio Acre apresentou uma vazante de 10 centímetros na capital entre a medição feita às 21h desta quarta-feira e às 6h da manhã de hoje. O manancial marca 16,65m e ainda ultrapassa a cota de transbordamento em 1,65 metros. A tendência é de que continue baixando.

Mais de mil famílias foram acolhidas em abrigos no Parque de Exposições, Ginásio Coberto e Sesc.

Em Rio Branco, 18 bairros estão atingidos pela alagação, são eles: Seis de Agosto, Santa Teresinha, Ayrton Senna, Adalberto Aragão, Aeroporto Velho, Terminal da Cadeia Velha, Baixada da Habitasa, Base, Conjunto Jardim Tropical (Rua 10 de Junho), Boa União, Glória, Cadeia Velha, Cidade Nova, Palheiral, Bahia Velha, Triângulo Novo, Taquari e Quinze. As áreas rurais são: à jusante da cidade de Rio Branco nas comunidades do Bagaço, Extrema, Colibri, Limoeiro, Boa Água, Quixadá, Panorama, Vista Alegre, Oriente, Ramal da Judia, Cajazeira, Catuaba, Extrema II, Liberdade, Belo Jardim (ribeirinho), e à montante da zona urbana da capital nas comunidades do Benfica (ribeirinho), Capatará, Moreno Maia (produtores residentes ao longo do Rio Acre e Caipora), Riozinho, Água Preta, Barro Alto e outros produtores ribeirinhos ao longo do Riozinho do Rôla, Vai se Ver, São Raimundo e Espalha.

Números do abrigo no Parque de Exposição

Famílias: 1.060

Pessoas: 4043

Crianças: 1370

Adolescentes: 464

Idosos: 84

Adultos: 2125

Números do abrigo no Ginásio Coberto

Famílias: 55

Pessoas: 221

Crianças: 78

Adolescentes: 46

Adultos: 97



Lideranças Kayabi se reúnem com ministro do STF

SÍTIO CIMI, 13.03.2014

Por Luana Luizy,
de Brasília

Em audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) com lideranças Kayabi, realizada no dia 10 de março, o ministro Luiz Fux comprometeu-se a dar mais atenção no que tange a regularização da Terra Indígena Kayabi, localizada na divisa dos estados do Pará e Mato Grosso. "Há uma infinidade de processos e isso retarda nosso trabalho, mas me comprometo a tomar todas as providências necessárias para que possamos dar uma solução mais rápida de acordo com a jurisprudência na questão Kayabi, com a maior boa vontade", aponta Luiz Fux.

Durante a reunião os indígenas pediram agilidade no julgamento da ação. A presidenta Dilma Rousseff homologou a Terra Indígena Kayabi no começo do ano passado, a homologação já era esperada a mais de 20 anos. Porém, a mesma está suspensa.

No final de 2013, o ministro Luiz Fux acolhendo uma ação civil do estado do Mato Grosso suspendeu o registro em cartório imobiliário da área demarcada como Terra Indígena Kayabi. "Me preocupa esta hipótese de estar crescendo este sentimento nos estados contra os índios, porque a gente não resolve o problema de racismo no país falando da União, a União é uma abstração, ninguém mora na União, mas essa coisa dos estados estarem entrando tem crescido", afirmou durante a audiência, a vice-procuradora geral da República, Débora Duprat.

O argumento utilizado pelo ministro sobre a suspensão foi o de que as terras objeto da demarcação não eram "tradicionalmente ocupadas" pelos Kayabi. "Pode-se até admitir de que não havia mais índios naquelas terras por ocasião da promulgada CF de 1988, mas isto se deu em razão da deferida expulsão, urdida maliciosamente. Talvez não houvesse índios naquelas terras no ano de 1988, mas decerto havia a memória dos nossos antepassados", aponta carta da Comunidade Indígena Kayabi, Aldeia Kururuzinho entregue ao ministro Luiz Fux durante a reunião.

Documento da Funai aponta que as notícias que se tem desse povo, datam do século XIX, e os caracterizam como habitantes tradicionais do interflúvio Jurena/Teles Pires. O avanço das frentes de expansão em direção ao território Kayabi, realizado a princípio por seringueiros, seguido por fazendeiros e garimpeiros encurralou os indígenas e dizimou-os através de confrontos violentos, que resultaram na dispersão do grupo para pontos ainda isolados do antigo território e fora dele.

"Em 1988, o estado brasileiro assumiu demarcar todas as terras e este compromisso precisa ser cumprido, pois só assim os fazendeiros e grileiros conhecerão o limite da área indígena, pois a terra vale mais que o dinheiro, este acaba, a terra não. Não deixe mais derramamento de sangue naquela região lá, pois nós somos ameaçados, temos visto em vários lugares, vítimas de disputas de terra e muitas vezes o governo só vai tomar providências quando morre

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

gente. Não deixe acontecer isso senhor ministro. Tem que ser algo definido para vivermos em paz. Pois é a terra que vai garantir nossa cultura, o rio é nosso mercado, a mata também. Se a gente não tiver terra vamos virar mendigo, o Estado tem que ser forte e garantir nossos direitos e nos respeitar. A própria constituição já fala”, Taravy Kayabi.



Cestas básicas doadas pela ACII serão levadas para famílias ribeirinhas
SÍTIO IMIRANTE, 13.03.2014

A campanha arrecadou de 125 cestas básicas.

IMPERATRIZ – A titular da Secretaria municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), Miriam Reis, parabenizou a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, pela campanha de arrecadação de 125 cestas básicas doadas à Sedes. Os mantimentos serão destinados às famílias que tiveram casas alagadas pelas fortes chuvas em Imperatriz.

“Só tenho a agradecer e elogiar o empenho da equipe da Associação Comercial em preocupar-se com os problemas sociais da nossa cidade. É muito importante termos parceiros que pensam no bem social e no coletivo”, agradeceu a secretária pelo envolvimento da instituição na campanha beneficente.

Miriam Reis destacou ainda que diante dos acontecimentos recentes da cidade, com o aumento do volume das águas do Rio Tocantins, desabrigando famílias ribeirinhas, as cestas básicas, caso seja necessário, também serão destinadas as famílias alojadas no Parque de Exposições Lourenço Vieira da Silva.



Famílias encontram-se abrigadas no Parque de Exposições

SÍTIO IMIRANTE, 13.03.2014

Aproximadamente 150 famílias foram desabrigadas pela enchente.

IMPERATRIZ – A enchente do Rio Tocantins nos últimos dias, desabrigou mais de 150 famílias dos bairros Beira Rio, Caema, Curtume e Vila Leandra. Algumas resolveram ir para casas de familiares e amigos, e cerca de 55 famílias foram levadas aos alojamentos montados, no Parque de Exposições Lourêncio Vieira da Silva.

De acordo com o superintendente da Defesa Civil, Francisco das Chagas, até a manhã desta quinta-feira (13), o rio estava medindo 7,31m acima do normal. Ele disse, ainda, que existe a possibilidade de mais desabrigados, porque o consórcio que opera a Hidrelétrica de Estreito informou sobre o aumento da vazão do volume de água.

Dona Lucimar Ferreira Silva, 58 anos, moradora do bairro Beira Rio deixou sua casa e junto com ela vieram mais seis famílias, todos parentes. “Estamos aqui porque é melhor prevenir. Mas gosto muito do meu barraquinho, moro lá há muitos anos. É bom, perto de tudo, supermercado, farmácias, posto de saúde”, afirma.

Já a moradora, também, do bairro Beira Rio, Raimunda Pereira, 54 anos, mora no local há mais de 10 anos e veio para o alojamento com os filhos, netos e o marido doente. “A situação está difícil. As crianças precisam estudar, outros trabalhar e sem transporte fica complicado”, reclama.

Uma das principais reclamações dos desbarrigados é com o trabalho e a escola das crianças. Pois, para não perder os horários, alguns estão indo de bicicleta.

Alojamento

As famílias que estão no Parque de Exposições Lourêncio Vieira da Silva, têm à assistência de equipes de saúde, vigilância sanitária e reforço policial.

A médica Aldicléia Lima, fará acompanhamento e atendimento das famílias. Segundo ela, a principal preocupação são as doenças respiratórias, dermatológicas e gastrointestinais.



Justiça Federal determina reintegração de posse de terras quilombolas em Lagoa Nova

SÍTIO PORTAL NOAR, 13.03.2014

Quilombolas de Macambira foram retirados da terra em 2013, por determinação da Justiça Estadual,

A 9ª Vara da Justiça Federal em Caicó determinou a imediata reintegração de posse da área denominada Cabeço de Macambira, localizada na Comunidade Quilombola Macambira, no município de Lagoa Nova (RN), seguindo parecer do Ministério Público Federal. Os quilombolas de Macambira foram retirados da terra em 2013, por determinação da Justiça Estadual, razão pela qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ajuizou a reintegração de posse.

Desde 2013 o Ministério Público Federal em Caicó vem acompanhando a questão e chegou a apresentar alegações finais no processo destacando a importância da reintegração de posse das terras. "A terra foi reconhecida como remanescente de quilombo, em 2005, pela Fundação Palmares. Um processo administrativo tramita no Incra desde 2006 e, em 2010, também apontou para o reconhecimento do direito da comunidade à área. Enquanto se discute a reintegração, as famílias vivem em situação precária, sem qualquer forma de obter sua subsistência", destacou a procuradora da República Clarisier Azevedo.

De acordo com Relatório Técnico de Identificação e delimitação do Incra, as terras situadas nos municípios de Lagoa Nova, Santana do Matos e Bodó, seriam ocupadas, desde meados do século XIX, por remanescentes de quilombos da Comunidade Quilombola de Macambira, cuja formação sócio-histórica remonta à figura do ex-escravo Lázaro Pereira de Araújo, o qual teria feito a primeira compra de terras na região. A área passível de titulação compreende 2.589,1685 hectares. A ação de reintegração de posse diz respeito apenas à área denominada Cabeço de Macambira.

Reconhecimento

Em novembro do ano passado, o Ministério Público Federal em Caicó ingressou com uma ação para que o Incra concluísse, em três meses, o processo de regularização das terras, parado desde 2010, entretanto, a ação ainda não foi julgada pela Justiça Federal. Quilombolas. Lagoa nova

Direito

O direito de propriedade dos remanescentes de quilombos sobre suas terras é constitucional,
CONT.



coletivo, inalienável, indisponível, imprescritível e impenhorável, semelhante ao que ocorre com as terras indígenas. Esse direito foi estabelecido com a promulgação da Constituição da República, em 5 de outubro de 1988, porém passados mais de 25 anos ainda não se efetivou.

Em duas décadas e meia, apenas 139 títulos foram concedidos, dos quais somente 31 foram expedidos pelo Incra. Por outro lado, existem hoje 1.286 processos abertos na autarquia federal, ou seja, o instituto concluiu apenas 2,41% da regularização quilombola.

“Se não bastasse essa atuação do Estado brasileiro, que já vinha extremamente lenta, conseguiu ainda sofrer uma desaceleração. De 2010 a 2013 o número de publicações de RTIDs e de Portarias de Reconhecimento vem caindo vertiginosamente. Em 2010 foram publicados 27 RTIDs e 10 Portarias, enquanto em 2013, 1 RTID e 3 Portarias”, revela a ação do MPF.

Outro ponto a lamentar é a falta de recursos, embora isso não justifique os atrasos: “(...) o argumento de que não é a falta de recursos a responsável pela paralisação da regularização quilombola se evidencia pelo singelo fato das dotações originalmente previstas nunca serem executadas na sua plenitude, sobrando, todo ano, recursos. Assim, (...) há que se atribuir à omissão do Incra e União a causa para a paralisação da regularização quilombola.”



Senador pede investigação de fraudes no Ministério da Justiça em gastos com saúde indígena

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.03.2014

O senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB protocolou ontem uma representação na Procuradoria Geral da República (PGR) para que sejam apuradas as responsabilidades criminal e administrativa sobre o ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ter dado aval a um esquema fraudulento para licitação de locação de automóveis para atender ao Distrito Especial de Saúde Indígena na Bahia.

Aloysio também pediu ao ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, que envie ao Senado, em 30 dias, as cópias das auditorias relativas ao programa da saúde indígena feitas pelo órgão entre 2012 e 2013. O requerimento de informação foi protocolado ontem na Secretaria Geral da Mesa e tem origem em matéria publicada pelo Jornal de Brasília no último domingo mostrando denúncias de superfaturamento e fraude de licitação de R\$ 1.7 bilhão.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

Índios e produtores rurais entram em conflito por terras na região de Guaíra, no Paraná

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 13.03.2014

Veja no Twitter do Questão Indígena o link para uma matéria produzida pela CATVE, do Paraná, sobre o conflito criado no oeste do estado pela abertura de mais um processo de demarcação de terras indígenas pela Funai.

A matéria mostra bem o drama vivido, tanto por produtores rurais que obtiveram direitos pela terra de forma legítima, quanto pelos índios guarani a quem obterão direitos pelas mesmas terras através de processo de demarcação fraudulento. E uma guerra onde todos, exceto talvez os antropólogos, saem derrotados.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

Passado, presente e futuro no Vale do Salitre (BA)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2014

"Salitre: de onde viemos? Para onde vamos?". Este é o tema do seminário que acontece no próximo domingo (16), das 8 às 16 horas, na sede da Associação da Comunidade de Alfavaca, Vale do Salitre, Juazeiro, Bahia.

Por Érica Daiane Costa*, em Articulação São Francisco Vivo

O objetivo do seminário é reunir representações das comunidades salitreiras e das escolas para discutir a realidade sociocultural, política e econômica do Vale. Há mais de 30 anos, o Salitre é referência na região com relação à má gestão da terra e da água, chegando a haver sérios conflitos ao longo do tempo, inclusive mortes, devido aos problemas decorrentes deste contexto.

Na programação, será apresentada a história de opressão, lutas e conquistas do povo salitreiro, desde a época do massacre indígena às margens da foz do Rio Salitre, até o momento atual de expansão do Perímetro Irrigado, que traz elementos como a instalação da empresa Agrovale, maior produtora de cana-de-açúcar da região, que foi contemplada com lote empresarial no Perímetro, até então gerido pela Codevasf.

Aberto à participação também de órgãos públicos, entidades da sociedade civil e da imprensa, o evento se propõe a ser um momento de reanimação das lutas do povo do Salitre e fortalecimento da organização popular frente ao cenário atual que se diferencia conforme a situação do Rio Salitre em cada comunidade.

A programação terá início com o café da manhã comunitário e apresentações artísticas e em seguida será apresentado o histórico da região a partir da visão da juventude salitreira, que participa da organização do evento. Haverá trabalho em grupo para discussão e formulação de propostas. Em um segundo momento, antes dos encaminhamentos finais, estarão na mesa a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa), trazendo reflexões acerca do modelo de desenvolvimento historicamente imposto ao Vale do Rio Salitre.

Inauguração de Biblioteca Comunitária

Na abertura do seminário, acontecerá também a inauguração do Núcleo de Leitura D. José Rodrigues, uma iniciativa que tem incentivado a prática da leitura em bairros e comunidades da região. Para receber o Núcleo foi reformada uma das salas da sede da Associação Comunitária, que ficará responsável pela gestão da biblioteca.

A comunidade irá receber também a Arca das Letras, programa do Ministério do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

Desenvolvimento Agrário – MDA, que no Sertão do São Francisco vem sendo difundido pelo Irpaa. A Arca será entregue com um acervo de 200 livros e deve contar com a participação voluntária de “Agentes de Leitura” para garantir o funcionamento do programa.

A organização do evento solicita a doação de livros para o acervo do Núcleo e da Arca e informa que haverá almoço e lanche para as/os participantes.

*Érica Daiane Costa, Articuladora do Submédio São Francisco pela Articulação São Francisco Vivo (APSFV) e assessora de comunicação do Irpaa. Revisão e edição da Ascom APSFV.



113 anos da Revolta de Alto Alegre

SÍTIO O PROGRESSO, 13.03.2014

Em 13 de março de 1901, no interior do município de Barra do Corda-MA, aproximadamente a 70km, no meio das terras dos índios Guajajaras (etnia Tenetehara), eclode uma violenta revolta. Aproximadamente 400 indígenas, liderados pelo cacique João Caboré, ou Capitão Caboré, pois o mesmo possuía tal patente conferida pelo então governador do Maranhão, João Gualberto Torreão da Costa, com índios de outras aldeias da região atacaram com armas de fogo e mataram os religiosos da Missão de Alto Alegre. Logo em seguida, tomaram de assalto várias fazendas da região entre Grajaú e Barra do Corda, espalhando o medo e o terror pelo interior do estado. Aproximadamente 200 pessoas foram assassinadas. Como represália, o governo do Maranhão envia tropas para pacificar a região. Outra carnificina foi realizada.

Os índios que participaram da revolta foram cassados pelas diversas aldeias da região. Aproximadamente o número de mortos varia de 400 a 1000 índios. Seus líderes, incluindo João Caboré, foram presos na cadeia de Barra do Corda. Um processo foi aberto logo em seguida. Dos 36 índios presos, a metade não chegaria viva ao fim do processo em 1905. Certamente morreram vítimas de maus tratos. O próprio Capitão Caboré morre três meses depois de ser preso. No veredito final, os índios foram libertados, pois de acordo com o Código Penal (Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890) no Art. 27, estabelece que "Não são criminosos: § 3º Os que por imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil, forem absolutamente incapazes de imputação".

Passados 113 anos da revolta ou como foi denominada na época "Massacre de Alto Alegre" ou "Hecatombe de Alto Alegre", muitas dúvidas ainda persistem. As explicações de ambos os lados distorcem. Para a igreja católica, os frades lombardos são verdadeiros mártires da fé, homens e mulheres que deram a vida pela catequese e civilização dos indígenas. Para os Guajajaras, a revolta foi um "tempo", foi uma forma de luta pela preservação de sua cultura.

No entanto, há muitas questões a serem compreendidas. Era comum um indígena receber patente de capitão pelo governo do Maranhão? As armas de fogo utilizadas na revolta, como elas surgiram? Os indígenas as compraram? Foi fruto de doações? Quem armaria os índios e com que intenções?

Foram três campanhas militares, as duas primeiras foram derrotadas pelos índios. Somente a terceira tropa, com 111 soldados e 40 índios Canelas, é que conseguiu êxito. Nos relatos do capitão Goiabeira, é exaltada a perícia dos índios no uso das armas de fogo.

Quem estaria incentivando ou patrocinando os indígenas para tal ato? O certo é que durante muito tempo a mão-de-obra indígena era explorada pelos fazendeiros locais. Os produtos de suas roças eram vendidos a atravessadores ou diretamente pelos próprios indígenas nas feiras da região por preços irrisórios. Muitos lucravam com o uso da mão de obra indígena pelos vastos sertões maranhenses.

CONT.



O período da formação da Missão de Alto Alegre ocorre em um momento de ausência de leis sobre a questão indígena. Pois com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, as leis sobre a questão da "civilização" do índio foram abolidas. Somente uma legislação específica foi criada em 1910, pelo Decreto nº 8.072, do presidente Nilo Peçanha, criando o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, e confiando ao Marechal Cândido Rondon com o seu lema "Morrer, se preciso for, matar, nunca".

Mas, no final do século XIX, a ocupação das terras já era um problema para os indígenas. As fazendas se instalavam nas proximidades das aldeias forçando os índios a buscarem um local mais distante. Alguns conflitos eram comuns. Os grupos indígenas eram controlados ou administrados por um "diretor" que lhes tratavam, na maioria das vezes, com ignorância, brutalidades e abusavam de seu cargo para lhes explorar economicamente. Era comum o aluguel da força de trabalho dos índios, pelos diretores, a quem possa interessar, sem que haja o devido pagamento para os indígenas.

As explorações eram de todos os lados e de todas as formas, pelo governo por meio das diretorias parciais, pelos fazendeiros e comerciantes locais. Até mesmo o recrutamento militar era exigido aos índios, pois acreditavam as autoridades ser uma forma de civilizá-lo. É possível que muitos dos participantes da revolta tenham servido no Exército.

Neste cenário, surgem os capuchinhos lombardos chefiados pelo frei Carlos de San Martin Olearo, Superior Regular das Missões do Norte e, posteriormente, as irmãs de madre Rubato. Os religiosos foram convidados pelo governo republicano em 1891 para "civilizar" os índios do norte. Estes religiosos italianos prontamente aceitam o pedido e passam quase um ano em estudo da língua indígena e da cultura brasileira. Em 25 de dezembro de 1892 chegam ao Brasil, em Pernambuco, e dirigem-se ao Maranhão, chegando em 16 de agosto de 1893, para prosseguir com as instalações das missões junto aos povos indígenas. A sede da missão no Maranhão passa a ser o Convento do Carmo, a partir de 1894. Foram estabelecidas três missões, duas no estado do Pará e uma no Maranhão, em Barra do Corda, pois a igreja desta localidade estava havia anos sem pároco.

Já estabelecidos em Barra do Corda no ano de 1895, um colégio foi criado para os filhos dos índios. Assim como uma banda musical composta por meninos guajajaras. Mas o desejo era de irem para próximo das aldeias. A igreja, com apoio financeiro do governo do Maranhão, adquiriu uma fazenda comprada de um posseiro, justamente nas terras dos Guajajaras (Teneteharas), o plano seria executado. Em definitivo a Missão de Alto Alegre foi aberta no ano de 1896. Um internato para meninos foi construído. E com a chegada de 6 freiras italianas vindas da Argentina e do Uruguai, juntamente com uma brasileira que se junta ao grupo, um segundo internato só para meninas é inaugurado em 1898. Educar os filhos dos índios, pois os adultos já estavam seriamente contaminados pelos pecados e vícios da carne, assim os frades acreditavam. Vários comerciantes e fazendeiros locais entregaram suas filhas para serem educadas no internato.

A missão prospera e isso vai incomodar os exploradores da mão-de-obra e dos produtos agrícolas dos índios, inúmeras famílias não indígenas estavam se estabelecendo na missão, pois os religiosos acreditavam que os índios aprenderiam as atividades agrícolas pela imitação.

CONT.



Foi construída uma grande estrutura produtiva na missão, com recursos vindos da Itália, para a aquisição de fornos de farinha e engenho de cana-de-açúcar, entre outros. O índio, neste cenário, era peça fundamental para a existência e manutenção dessa colônia agrícola, pois o trabalho era utilizado como prática educativa e civilizadora. Existiam rotinas e horários a cumprir, o que exigia muito dos índios e estes não compreendiam as razões de tanto trabalho. Não é difícil perceber que a vida social e cultural dos indígenas foi seriamente afetada. Não estavam livres para a prática da pesca, da caça ou para cuidar de suas próprias roças. A organização em famílias extensas estava comprometida. Pois a produção familiar, base de seu sustento, foi abalada com a transferência de pessoas para viverem na missão e, principalmente, das crianças que eram retiradas do convívio familiar para serem colocadas em regimes de internato, longe de casa e de seus familiares.

As crianças dos dois internatos seriam o futuro da missão, pois educadas nos princípios europeus deveriam abandonar toda a herança cultural indígena para formarem uma nova sociedade. Assim os laços que lhes prendiam seriam quebrados, tornando-se "civilizados" e cristãos.

Em 1899 uma epidemia de varíola mata aproximadamente trinta crianças dos dois internatos. A situação fica crítica, os pais querem retirar seus filhos da missão. Muitos acusam os religiosos pelas mortes. Um clima de hostilidade e revolta fica no ar. Algum tempo depois, o clima fica menos hostil e os freis adquirem a confiança das famílias. Tempos depois, foi realizado o casamento do líder dos Tenetehara, o cacique Caboré. Inúmeras autoridades de Barra do Corda são convidadas para a cerimônia. Era o sinal que a missão estava no caminho certo. Mas esse índio comete poligamia. Os padres repreendem severamente. Mandam prender e castigar o grande líder dos guajajaras. Este, inconformado com a humilhação pública, promete vingança. Pouco tempo depois, a revolta foi realizada. Na missa matinal do dia de 13 de março e 1901, a igrejinha é invadida e o Frei Rinaldo de Paulo, Frei Victor de Bergamo, Frei Zacarias de Malenho, Frei Salvador, irmão Pedro Paulo, freiras Inês, Leonora, Maria Benedita, Natália, Epifênia, Maria Ana e a senhora D. Carlota Bezerra, colaboradora do Instituto feminino, moradores da missão e as meninas não indígenas do internato, são assassinados, salvo algumas meninas que foram tratadas como troféu de guerra, sendo levadas para a floresta para serem transformadas em esposas de alguns dos líderes. Somente uma menina foi resgatada com vida.

Nelson Lima Pessoa

E-mail: prof.nelson2008@hotmail.com

Historiador, Mestre em Ciência Política e Doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS-RS.



Em protesto em Brasília, índios pedem melhorias na saúde

SÍTIO EBC, 13.03.2014

Índios das etnias Pataxó, Tupinambá e Tuxã do sul da Bahia protestam, neste momento, em frente ao Ministério da Saúde. Melhoria no acesso ao serviço, no atendimento e no sistema de transporte é uma das principais demandas. A estimativa do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) é que cerca de 40 pessoas participem da manifestação. Em entrevista à Agência Brasil, o cacique Pataxó Aruã citou denúncias de fraude e superfaturamento na locação de veículos ligados à Secretaria Especial de Saúde Indígena. "Temos observado denúncias de corrupção e, nas aldeias, a situação é de calamidade total", disse.

Entre outros pontos, o cacique destacou a demora na reforma de postos de saúde, a dificuldade na realização de exames de média e alta complexidade e a falta de remédios. Outro problema envolve os carros destinados ao transporte dos índios e que, segundo ele, podem rodar apenas 3 mil quilômetros por mês. "Isso não atende à demanda. O dinheiro que era da saúde para atender aos indígenas está sendo desviado. A gente veio se reunir com o ministro para tratar desses assuntos e fazer com que a saúde indígena funcione bem."

O Cimi informou que uma audiência com o ministro Arthur Chioro foi agendada para hoje às 11h, mas, até o momento, os índios não foram recebidos pela pasta. A assessoria do ministério não confirma a audiência, mas garante que um encontro com o secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, está marcada para as 17h desta quinta-feira. Os índios prometem permanecer na porta do ministério até que sejam recebidos pelo governo.

Editor: Talita Cavalcante



ONU recebe denuncia do governo brasileiro por violação de direitos indígenas
SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 13.03.2014

Nesta segunda (10/3), organizações e lideranças da sociedade civil denunciaram o governo brasileiro na 25ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas por violações de direitos indígenas no processo de construção de grandes hidrelétricas na Amazônia

As denúncias foram apresentadas pela coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sônia Guajajara, e pelo advogado da Associação Interamericana de Defesa Ambiental (Aida), Alexandre Sampaio, no evento "O direito das populações indígenas à consulta sobre grandes projetos hidrelétricos no Brasil", organizado pela coalizão de ONGs internacionais France Libertés, em Genebra, Suíça. De acordo com a coordenadora da APIB, a violação do direito dos povos indígenas à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado sobre empreendimentos e medidas administrativas que afetem seus territórios, previstos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e não aplicada pelo Brasil, tem criado um perigoso precedente de ilegalidades no tocante à observância dos tratados internacionais e está pondo em risco a sobrevivência da população indígena. "A aliança de interesses econômicos e políticos aprofunda uma crise sem precedentes na aplicação da legislação que protege nossos direitos. É inadmissível que o governo viole direitos indígenas garantidos tanto pela Constituição brasileira como por convenções internacionais", afirmou Guajajara.

Já Alexandre Sampaio denunciou a utilização indiscriminada no Brasil, por pressão da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério de Minas e Energia (MME), do mecanismo da Suspensão de Segurança no caso de ações na Justiça contra violações das legislações ambiental e indígena referentes a projetos hidrelétricos. Além de derrubar ações que visam proteger as populações afetadas, sem julgamento de mérito e com argumentos infundados sobre supostas ameaças à "ordem social e econômica", as Suspensões de Segurança também reforçam a não observância da Convenção 169 da OIT, afirmou Sampaio.

"A Suspensão de Segurança tem que ser abolida no Brasil. O problema é que os que a utilizam são os mesmos que se beneficiam dela. Por isso é importante que a comunidade internacional fique ciente dessas manobras e cobre do governo brasileiro medidas efetivas de garantia dos direitos humanos", explica o advogado.

"Embora legalmente previsto, esse instituto [a Suspensão de Segurança] é autocrático e não deveria ser acolhido com tanta frequência pelos tribunais, sobretudo na suspensão de decisões onde se criam fatos consumados, com a perda de direitos indisponíveis", analisa Carlos Teodoro Irigaray, procurador do Estado do Mato Grosso e pós-doutor em Direito Ambiental. Ele lembra que a Suspensão de Segurança foi criada durante o Governo Vargas e revitalizada na Ditadura Militar.

"É notória a influência política dos governantes, especialmente na alta cúpula do Judiciário, o que torna temerário, o poder concedido aos presidentes dessas Cortes [pela Suspensão de

CONT.



Segurança] para decidirem com base em alegações de difícil comprovação, como a ameaça de lesão à ordem pública e à economia", critica Irigaray.

Antes da realização, em Genebra, do evento sobre direitos indígenas no Brasil, vários defensores dos direitos humanos reuniram-se com a embaixadora da Missão Permanente do Brasil na ONU, Regina Dunlop. Diante da afirmação da embaixadora de que seria mais eficaz que as denúncias fossem discutidas com o governo brasileiro em Brasília, Sonia Guajajara e Alexandre Sampaio informaram que as críticas aos grandes projetos são sistematicamente ignoradas dentro do País até que sejam expostas em fóruns internacionais, como os das Nações Unidas.

"A reputação do Brasil está em jogo. Estamos aqui para dar visibilidade ao preconceito e à discriminação inaceitáveis sofridos pelos povos indígenas, e para por um fim a isso", afirmou a coordenadora da APIB.

Documentos

Além da realização do evento sobre direitos indígenas e barragens, uma coalizão de organizações internacionais com status consultivo na ONU (France Libertés/Fondation Danielle Mitterrand, The Women's International League for Peace and Freedom, The Indian Council of South America (CISA), International Educational Development, Inc., Mouvement contre le racisme et pour l'amitié entre les peuples, Survival International Ltd) e organizações brasileiras entregaram à Assembleia Geral das Nações Unidas dois documentos que destacam as ameaças dos planos do governo brasileiro de construir até 29 grandes barragens na Bacia do Rio Tapajós, incluindo os afluentes Teles Pires, Juruena e Jamanxim.

As hidrelétricas previstas provocariam, em vários casos, a inundação de territórios indígenas e de comunidades ribeirinhas. Além disso, causariam outros danos irreparáveis, como a eliminação de espécies valiosas de peixes, que constituem a base da economia e da sobrevivência da população local. Um dos documentos também é assinado pelo ISA.

Da mesma forma que na hidrelétrica de Belo Monte (PA), o governo não tem realizado processos de consulta livre, prévia e informada com os povos indígenas e outras populações tradicionais atingidos por grandes barragens na bacia do Tapajós. As usinas de Teles Pires e São Manoel inclusive já receberam licenças ambientais. Isso tem provocado crescentes conflitos com comunidades locais, como os povos indígenas Munduruku, Kayabi e Apiaka, que têm protestado contra a violação de seus direitos.

Com R\$ 7 milhões na conta, Saúde Indígena continua em crise em MS

SÍTIO O PROGRESSO, 13.03.2014

Coordenador da Casai em Dourados é afastado do cargo. No local faltam até alimentos para pacientes. Dez leitos foram desativados, apesar de repasses

Valéria Araújo



Casai de Dourados desativa leitos e só tem alimentos porque foram doados pela Funai , apesar de repasses do Ministério da Saúde. (Foto: Divulgação)

A Saúde Indígena continua em crise, apesar dos repasses de mais de R\$ 7 milhões que chegaram somente este ano para a Secretaria Especial de Saúde Indígena. O valor é referente à primeira parcela de um total de quatro, que juntas somam o valor de R\$ 28 milhões previstos para 2014 em Mato Grosso do Sul. No ano passado, a pasta teria recebido R\$ 22 milhões. Apesar dos repasses, as famílias indígenas padecem sem o mínimo de estrutura nas unidades de atendimento. São materiais básicos e medicamentos em falta nos postos de saúde da Reserva, veículos sucateados parados no pátio da Sesai, desativação de serviços, como sala de vacina e leitos na Casa de Apoio Indígena (Casai), e, até mesmo, falta de alimentos e materiais de higiene e limpeza.

De acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), Fernando de

CONT.



Souza, um relatório elaborado pela entidade foi feito recentemente e entregue ao secretário nacional de Saúde Indígena, Antônio Alves. Além de afastar o coordenador da Casai de Dourados, ele instaurou uma sindicância para apurar a crise, apesar dos repasses. Uma servidora foi indicada para ocupar o cargo no período das investigações. O secretário garantiu ainda que virá para Mato Grosso do Sul ainda neste semestre para verificar in loco a crise na Saúde Indígena. Para Fernando de Souza, a expectativa é de que o secretário resolva questões emergenciais da Saúde Indígena de MS, como a nomeação de um coordenador para a Sesai/MS, já que o cargo está desocupado desde novembro do ano passado, e a compra imediata dos materiais básicos nos postos de saúde, bem como os medicamentos.

Recentemente, a comunidade indígena denunciou que os servidores da Casai estavam mantendo o serviço com o próprio salário. "Se não é a vaquinha dos funcionários, os pacientes ficam sem alimentação", disse Fernando, observando que 10 dos 29 leitos estão desativados no local.

Escândalo

No último final de semana, a Capital Federal foi "sacudida" por conta das denúncias sobre fraudes em licitações milionárias no Ministério da Saúde envolvendo a Saúde Indígena. O ex-ministro petista Alexandre Padilha, candidato do partido ao Palácio dos Bandeirantes de São Paulo, é o principal investigado da Polícia Federal. De acordo com a polícia, contratos superfaturados tiveram como objetivo a prestação de serviços continuados de transportes (locação de veículos com motoristas), nos modelos pick-up, pick-up para urgência e emergência, carro popular e van, todos destinados a atender ao Distrito Especial de Saúde Indígena na Bahia. A intenção do grupo que montou o processo era ter em mãos a Ata de Registros de Preços, o que permitiria atuar em todo o Brasil em licitações públicas com o mesmo objeto. A Ata é um recurso muito utilizado por administradores dispostos a fugir de concorrências e colocar contratos bilionários nas mãos de companheiros.

Quanto a isso, Fernando de Souza disse que a Sesai de MS também tinha a proposta de terceirizar o serviço de transportes, mas que depois desse escândalo o projeto será rejeitado pelo Condisi, até o fim das investigações. A Sesai de Brasília foi procurada, ontem, para esclarecimentos, mas não respondeu aos contatos feitos pela Redação até o fechamento desta edição.



Hidrelétricas, Crime e Tragédia no Rio Madeira: quem é que vai pagar por isso?
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2014

Por Elder Andrade de Paula

Entre as centenas de imagens que vi até o momento, essa é a que mais impressionou-me nessa mega e inconclusa tragédia no rio Madeira e seu entorno. O olhar e expressão dessa mulher campesina parece-me sintetizar toda a dor e desespero de milhares de pessoas que perderam tudo: moradias, plantações, familiares (só na Bolívia foram registrados mais de 60 pessoas mortas até o momento).

Por essa razão, ao mesmo tempo em que felicito a iniciativa do MPF e MPE de Rondônia em conjunto com OAB-RO, por impetrar ação civil pública solicitando a suspensão das atividades nas usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio – até que se refaçam os Estudos de Impactos Ambientais – considero-a insuficiente diante da magnitude desse crime. Isto é, as obras do complexo madeira iniciadas com as construções das usinas de Sto Antônio e Jirau foram executadas a ferro e fogo, transgrediram acintosamente a Constituição e sua regulamentação no que diz respeito aos procedimentos para licenciamento ambiental.

Existe uma vasta documentação destacadamente o PARECER TÉCNICO Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 21 de março de 2007. Esse documento se tornou mais conhecido pelo seu conteúdo e repercussões políticas: demissão do diretor de Licenciamento do Ibama, Luiz Felipe Kunz Jr e desmonte do IBAMA a partir daquele momento. Ao analisar o conjunto da documentação “Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Audiências Públicas, vistorias técnicas, reuniões técnicas, documentação apensada ao processo” ([link](#)) a equipe técnica do IBAMA expôs em 220 paginas, as insuficiências e omissões dos mesmos.

De acordo com o Parecer, a área a ser alagada poderá ser o dobro daquela projetada nos estudos apresentados. “Em síntese”, conclui o referido Parecer:

- i) há notória insuficiência dos estudos e complementações apresentados, fato atestado pelas contribuições de demais órgãos e entidades ao processo, notadamente o Relatório de Análise do Conteúdo dos Estudos de Impacto Ambiental proporcionado pelo Ministério Público do Estado de Rondônia;
- (ii) as áreas diretamente afetadas e as áreas de influência direta e indireta são maiores do que as diagnosticadas;
- (iii) as vistorias, Audiências Públicas e reuniões realizadas trouxeram maiores subsídios a análise do EIA, demonstrando que os estudos subdimensionam, ou negam, impactos potenciais. Mesmo para assumir um impacto, e preciso conhecê-lo, e a sua magnitude;

CONT.



(iv) as análises dos impactos identificados demonstraram a fragilidade dos mecanismos e propostas de mitigações;

(v) a extensão dos impactos (diretos e indiretos) abrange outras regiões brasileiras e países vizinhos, comprometendo ambiental e economicamente territórios não contemplados no EIA, sendo, desta forma, impossível mensurá-los;

(vi) a nova configuração da área de influência dos empreendimentos demanda do licenciamento, segundo a determinação presente na Resolução no 237/1997, o estudo dos significativos impactos ambientais de âmbitos regionais. Neste sentido, considerando a real área de abrangência dos projetos e o envolvimento do Peru e da Bolívia, a magnitude desses novos estudos remete a reelaboração do Estudo de Impacto Ambiental e instrumento apropriado a ser definido conjuntamente com esses países impactados. De qualquer forma, e necessária consulta a Procuradoria Geral do IBAMA para o adequado procedimento.

Dado o elevado grau de incerteza envolvido no processo; a identificação de áreas afetadas não contempladas no Estudo; o não dimensionamento de vários impactos com ausência de medidas mitigadoras e de controle ambiental necessárias a garantia do bem-estar das populações e uso sustentável dos recursos naturais; e a necessária observância do Princípio da Precaução, a equipe técnica concluiu não ser possível atestar a viabilidade ambiental dos aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, sendo imperiosa a realização de novo Estudo de Impacto Ambiental, mais abrangente, tanto em território nacional como em territórios transfronteiriços, incluindo a realização de novas audiências públicas. Portanto, recomenda-se a não emissão da Licença Prévia (link pg 220-221, grifos nossos).

ESSA TRAGÉDIA PODERIA TER SIDO EVITADA. Ao jogar no lixo esse Parecer Técnico e todas as críticas e advertências emanadas de movimentos sociais como MAB, especialistas e intelectuais comprometidos com a justiça e defesa dos direitos dos povos, o governo Lula praticou conscientemente um duplo crime: de responsabilidade administrativa e ambiental. Por essa razão, tanto o chefe do executivo na época (Lula) quanto os que tiveram responsabilidades diretas no licenciamento das hidrelétricas do rio Madeira tem que ser processados.

Mais ainda, devemos exigir a suspensão imediata da construção de hidrelétricas, de Belo Monte e daquelas projetadas na bacia do rio Tapajós. Está coberto de razão o povo Munduruku ao travar uma luta sem tréguas contra as barragens no Tapajós e precisam mais do que nunca contar com todo nosso apoio, especialmente o de "nosotros", aproximadamente 2 milhões de pessoas atingidas pela tragédia das hidrelétricas do rio Madeira na Amazônia brasileira, boliviana e peruana. As hidrelétricas, juntamente com mineração, agronegócio, exploração florestal madeireira e financeirização da natureza via Pagamentos por Serviços Ambientais -PSA, formam o eixo básico desse repertório macabro da destruição posta em marcha pelo capital na Amazônia. Ou desobedecemos e lutamos ou seremos tragados por esse "moinho satânico".



DPU aponta falha na investigação e pede liberdade para os Tenharim
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2014

A Defensoria Pública da União (DPU) no Amazonas impetrou, nessa terça-feira (11), habeas corpus (HC) no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em favor dos cinco índios tenharim acusados do assassinato de três homens, no final de 2013, na Terra Indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá (AM). Além do pedido de revogação da prisão temporária ou da sua substituição pelo cumprimento em regime de semiliberdade em estabelecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), a defesa aponta falha na investigação conduzida pela Polícia Federal. A DPU assumiu a defesa dos acusados em fevereiro passado.

De acordo com a DPU no Amazonas, que divulgou alguns trechos do HC, a autoridade policial baseou-se, principalmente, em depoimentos de testemunhas anônimas para a conclusão das investigações, o que viola pactos internacionais de Direitos Humanos do qual o Brasil é signatário, constituindo prova ilícita. Essas pessoas estão livres do crime de falso testemunho e não podem sequer ser contraditadas pela defesa, o que nega aos acusados o direito constitucional ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal. A DPU pede a exclusão dos autos dos depoimentos de tais testemunhas.

Para a DPU, a investigação produzida até agora é uma tentativa fracassada ao ser concluída em menos de dois meses numa aldeia em que residem quase mil índios tenharim: "Foram selecionados cinco índios (agora sete, com o indiciamento de mais outros dois, ainda em liberdade) a partir de 'testemunhas anônimas', índios que foram presos apenas para que a comunidade local de Humaitá/AM tivesse uma sensação de justiça (ou de vingança...)".

Preconceito étnico

Na decisão judicial que prorrogou a prisão temporária dos acusados, por exemplo, os defensores públicos federais no Amazonas identificaram discurso que atribui a prisão dos índios tenharim a finalidade de pacificação social "entre culturas diferentes": "Ocorre que se trata de um caso complexo, que envolve uma extensa área territorial e uma investigação que deve ser feita com extrema cautela e sensibilidade por envolver um potencial conflito entre culturas diferentes, a saber povos indígenas e não indígenas, que viveram os últimos meses em situação de elevada tensão", argumentou o juiz responsável pela prorrogação da prisão temporária.

No entendimento da defesa, além de indicar que os tenharim estão presos unicamente para satisfazer a comunidade local de Humaitá, o discurso do juiz encobre e "dá ares de cientificidade jurídica ao caso, esfumando um preconceito étnico, um sentimento colonialista de eterna dominação dos povos indígenas e, portanto, traveste o problema como se a prisão temporária fosse necessária às investigações".

Liberdade

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

No pedido de revogação da temporária, os defensores ressaltam que não há prova concreta de que os acusados, em liberdade, ameaçariam testemunhas nem de que prejudicariam as investigações. Se negado o pedido, requer-se a aplicação do Estatuto do Índio, a fim de que a prisão temporária/cautelar seja cumprida em regime de semiliberdade em estabelecimento da Funai ou indicado pela autarquia. A DPU também pede sigilo processual.

Assinaram o HC os defensores públicos federais Caio Paiva, Bárbara Pires, Carlos Marão, Edilson Santana, Luiza Cavalcanti, Thomas Luchsinger e Vanessa Figueiredo.

Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública da União



BA – Quilombolas de Rio dos Macacos e de todo o Brasil merecem mais!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2014

1,3 hectares por família é piada. As famílias quilombolas de Rio dos Macacos têm o direito aos 900 hectares identificados e delimitados pelo Incra. A comunidade só quer produzir alimentos para garantir a segurança alimentar e nutricional de suas famílias. Um território livre de violência. Um território de vida e alegria pelo convívio com a Mata Atlântica.

Por Raquel Salema, em Articulação Popular São Francisco Vivo

Em solidariedade à comunidade quilombola Rio dos Macacos, pela titulação das terras quilombolas identificadas e demarcadas pelo Incra na Bahia, na Bacia do Rio São Francisco e em todo o território nacional, estamos compartilhando reportagem publicada hoje no Jornal A Tarde sobre audiência na sede do Ministério Público Federal (MPF), em que o governo apresentou nova proposta (digamos, indecente!), de delimitação de território para a comunidade, que será pronunciada até o dia 16 de abril.

Até lá, a comunidade analisará a área que deve abrigar mais de 67 famílias. No mesmo período, os órgãos governamentais devem definir e detalhar as intervenções de melhoria da qualidade de vida da comunidade. A comunidade, junto ao movimento quilombola, tem menos de um mês para promover um processo de formação e mobilização social junto às comunidades dos diversos bairros de Salvador e região metropolitana, bem como da Bahia, do Nordeste do Brasil e do mundo, de modo a garantir o direito a, pelo menos, os 301 hectares reivindicados pela comunidade, que já estão aquém da área definida pelo Incra via RTID, de 900 hectares.

No nosso ponto de vista, a comunidade merece mais. Merece os 900 hectares ocupados historicamente desde que começaram a sofrer todo o processo de invasão e violência impetrado pela Marinha. Defesa nacional é ter o direito de produzir para viver, como bem fazem as comunidades tradicionais, e não para matar, como faz a sociedade moderna na sua relação predatória com o meio ambiente.

A comunidade também tem o direito de fazer uso da barragem no Rio dos Macacos, parte integrante do referido território quilombola, sem o qual não haveria vida. De outro modo, como terá acesso à água? Através do ineficiente e oneroso processo de captação e tratamento desenvolvido pela Embasa, como demonstra dados da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades? Nada justifica liberar área para moradia se esse povo não tiver a oportunidade de fazer um uso sustentável da terra e da água para viver, como sempre fizeram!

Da mesma forma, deslocar 25 famílias de outra área da comunidade é perverso. Existe toda uma relação dessas famílias entre si e com o território onde vivem, geradora de história e cultura. Sair dali é jogar essas 25 famílias numa situação de miséria e abandono, sem o convívio com sua cultura, seu povo, seu território.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 46./ 2014

Brasília, 13 de março de 2014.

Sem os 900 hectares, como garantir a segurança alimentar e nutricional da família, os espaços de convivência, essenciais para a cultura comunitária, o acesso à água? Por isso, dizemos: Quilombolas do Rio dos Macacos, vocês merecem mais! Nós merecemos mais. Nós, soteropolitanos/os, baianos/os, brasileiras/os, queremos que vocês tenham o direito a terra e a água que conquistaram com a força do trabalho e da união, com a beleza de uma convivência harmoniosa com a natureza, em que tiram dela somente o suficiente para o autoconsumo e comercializam o excedente com o objetivo de promover não o lucro, mas o intercâmbio, a troca, gerando recurso somente para investir no processo de produção sustentável, como propõe a política nacional de economia popular solidária, construída com base nos saberes populares.

O governo pode e deve cumprir a demarcação e titulação das terras identificadas e demarcadas pelo Incra, via Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). Este relatório foi feito por estudiosos de diversas áreas e deve orientar o governo no cumprimento de seu papel de garantir o direito a terra e a água para geração de trabalho e renda dentro de um modelo de desenvolvimento sustentável.

*Raquel Salama, assessora de comunicação da Articulação Popular São Francisco Vivo.

[Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira].



Dilma promete auxílio a vítimas de enchente no Rio Madeira

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.03.2014

Paulo Victor Chagas – Repórter da Agência Brasil

No dia em que a cheia do Rio Madeira atingiu nova marca histórica, a presidenta Dilma Rousseff recebeu uma comitiva de Rondônia para discutir o assunto. O nível das águas atingiu 19,10 metros nesta quarta-feira (12) e o governador do estado, Confúcio Moura, veio pedir ajuda ao governo federal em infraestrutura e recursos para minimizar os efeitos da enchente, que já deixa 12 mil pessoas desabrigadas.

Segundo o governador, Dilma determinou apoio ao estado para prestar socorro às vítimas no que diz respeito a alojamento, serviços médicos e remoção da população atingida. Para os primeiros atendimentos às cerca de 2.400 famílias, R\$ 7 milhões já foram repassados ao estado, informou o governador.

De acordo com Confúcio Moura, a União vai fornecer aviões e helicópteros para o transporte de pessoas e alimentos, pois, com a cheia, municípios ficaram isolados. Um pedido para que se reconheça estado de calamidade pública na capital Porto Velho aguarda análise do governo até esta quinta-feira (13).

"A presidenta demonstrou muita preocupação com a situação de Rondônia, do Acre e do Amazonas, e esteve aberta com a apresentação de necessidades para enfrentamento dessa situação de emergência", disse Confúcio. O governador contou que esperava que a audiência fosse rápida, de apenas 30 minutos, mas que se alongou por mais de duas horas.

Confúcio também declarou que, até o momento, os recursos financeiros para as cidades estão sendo rapidamente disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional. Para o governador, no entanto, os prejuízos materiais são "grandiosos e impagáveis". "Não tem dinheiro que vai pagar os danos de empresários", disse, citando que estão paralisadas atividades de empresas de laticínios, abatedouros e madeireiras. Caminhões já enfrentaram filas aguardando para descarregar e há reservas de combustíveis submersas. Somente em Porto Velho, esse tipo de prejuízos está calculado em R\$ 1 bilhão.

Outras medidas prometidas por Dilma são a ampliação de vagas habitacionais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida e o envio de novos profissionais de saúde pelo Programa Mais Médicos para a capital e os dois municípios mais atingidos, Guajará Mirim e Nova Mamoré.

Em reunião no Ministério da Integração Nacional ocorrida nessa terça-feira, o governador também pediu apoio para a construção de uma estrada de 12 quilômetros dentro do Parque Estadual de Guarajá-Mirim para o transporte de doentes que precisam de auxílio médico na capital. Hoje ele disse que a procuradoria do estado e a Advocacia-Geral da União estão se movimentando para o "convencimento" de que há uma necessidade urgente devido ao

CONT.



“isolamento absoluto” de algumas cidades.

De acordo com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), a última cota máxima histórica atingida pelo rio chegou a 17,54 metros em 1997. Anteontem (11), a Justiça Federal em Rondônia determinou que as empresas responsáveis pela construção de duas usinas hidrelétricas no Madeira (Santo Antônio e Jirau) atendam imediatamente às necessidades básicas da população .

Deputados federais e prefeitos do estado também participaram da reunião, dentre eles Mauro Nasif (PSB), prefeito de Porto Velho, que é cortada pelo rio. Do lado do governo, estiveram presentes no encontro os ministros da Defesa, Celso Amorim; da Integração Nacional, Francisco Teixeira; da Saúde, Arthur Chioro, e da Casa Civil, Aloizio Mercadante, além do presidente nacional do PMDB, Valdir Raupp, que é senador por Rondônia.